CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 38 • Quarta-feira, 12 de Agosto de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

DIVULGAÇÃO



Pernambuco se torna o melhor estado do Nordeste e o terceiro do Brasil para empreender PÁG. 3

ARTIGOS



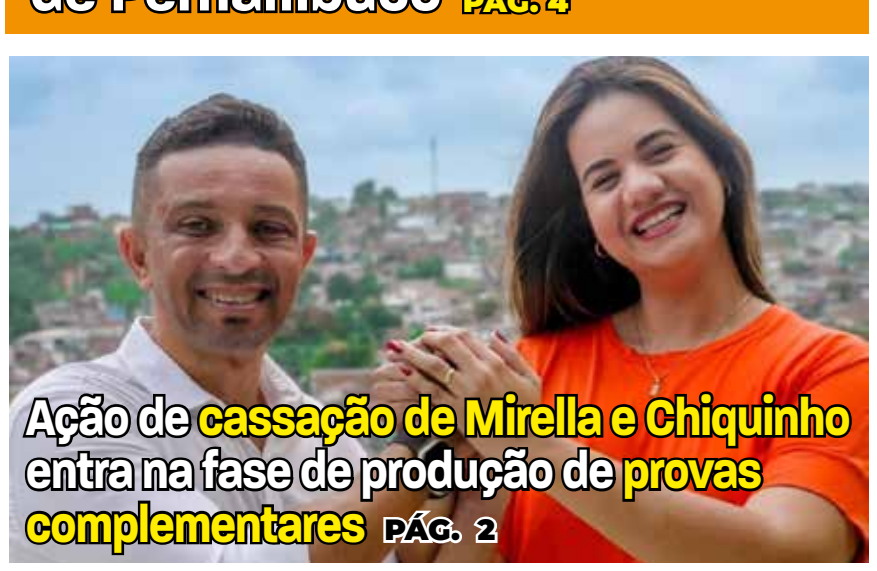
ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

Os evangélicos e a sucessão em Pernambuco e no Brasil PÁG. 5



POR **DYOGO BASTOS**
JORNALISTA

Pesquisas redesenham a disputa pelo Governo de Pernambuco PÁG. 4



Ação de cassação de Mirella e Chiquinho entra na fase de produção de provas complementares PÁG. 2

FOTO DIVULGAÇÃO



Alepe Cuida oferece consultas oftalmológicas gratuitas e triagem para scatarata no Recife PÁG. 2

Pernambuco alcança o 4º lugar nacional em transformação digital PÁG. 2

Fundarpe amplia programação da 19ª Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco PÁG. 4



Raquel reage a fake news com firmeza e leva caso à polícia: oposição perde espaço quando troca debate por mentira PÁG. 3



Recife registra menor alta da cesta básica entre capitais nos últimos 12 meses PÁG. 5

Ação de cassação de Mirella e Chiquinho entra na fase de produção de provas complementares

FOTO: DIVULGAÇÃO



O ministro Floriano de Azevedo Marques, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), negou seguimento ao recurso interposto por Mirella Almeida e Chiquinho contra decisão proferida na Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) nº 0600372-47.2024.6.17.0010, relacionada às eleições municipais de 2024.

Com a decisão, o processo de cassação dos mandatos da prefeita e do vice-prefeito de Olinda deverá retornar à 100ª Zona Eleitoral de Pernambuco, permitindo a retomada da instrução processual e a produção de provas complementares.

Por determinação legal, a AIME tramita em segredo de justiça. Por essa razão, não serão divulgadas a íntegra da decisão nem as demais peças processuais antes da sentença.

Em seu despacho, seguindo manifestação do Ministério Público Eleitoral, o ministro determinou que, na hipótese de interposição de novo recurso, sejam formados autos suplementares, que deverão ser imediatamente encaminhados ao Juízo da 100ª Zona Eleitoral de Pernambuco para o prosseguimento da fase probatória.

A Prefeita e o vice não recorreram e o processo está descendo para começar a instrução da prova complementar.

"Essa decisão representa uma importante derrota para Mirella e Chiquinho. O processo retornará à primeira instância, onde iremos complementar as provas. Os 11 pontos apresentados na AIME, em nosso entendimento, possuem gravidade suficiente para ensejar a cassação dos mandatos da prefeita e do vice-prefeito. Entre o final de agosto e o mês de setembro, deverão ser realizadas diligências e audiências destinadas a demonstrar a ocorrência de abuso de poder econômico e compra de votos em Olinda, que coincidirão com o período eleitoral, onde também estaremos atentos a outros abusos", afirmou o autor da ação e advogado do caso, Antônio Campos.

Olinda, 10 de agosto de 2026.

Pernambuco alcança o 4º lugar nacional em transformação digital



Estado também conquistou a 2ª colocação no Nordeste e avançou dez posições no ranking nacional da transformação digital

Pernambuco conquistou a 4ª colocação nacional e a 2ª no Nordeste no Índice de Oferta de Serviços Públicos Digitais dos Governos Estaduais e Distrital (IOSPD) 2026. O levantamento, elaborado pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP-TIC), foi divulgado nesta quinta-feira (6), durante o último dia do 53º Seminário Nacional de TIC para a Gestão Pública (SECOP 2026), em Brasília.

Para a secretária de Administração do Estado, Ana Maraíza, o reconhecimento demonstra que a transformação digital tem papel estratégico na gestão estadual. "Pernambuco avançou da 14ª para a 4ª posição nacional. Esse resultado é fruto de planejamento, integração institucional e, principalmente, do trabalho dos servidores, que vêm redesenhando processos e construindo uma nova relação entre o Governo e a população. A tecnologia é uma ferramenta, mas nossa finalidade é facilitar o acesso a direitos, reduzir a burocracia e melhorar concretamente a vida das pessoas", destacou a titular da pasta.

O resultado é fruto de ações desenvolvidas pela Secretaria de Administração do Estado (SAD), pela Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI-PE) e pelos diversos órgãos e entidades responsáveis pela prestação de serviços públicos estaduais. Entre os principais marcos desse processo estão a criação e o lançamento do Programa Pernambuco Digital e da LIGA Digital, a capacitação de cerca de 400 servidores estaduais em temas como metodologias ágeis, mapeamento de processos, design de serviços e ciência de dados, além da consolidação do portal e do aplicativo PE.GOV como porta de entrada para mais de 900 serviços públicos estaduais.

Para o presidente da ATI-PE, Fred Vasconcelos, o resultado também reconhece o trabalho das equipes responsáveis pela operação diária dos serviços digitais. "Esse resultado reflete a quantidade e a qualidade das soluções que o Estado oferece, bem como a capacidade de desenvolvê-las a partir das necessidades reais da população. Em Pernambuco, a tecnologia não é um fim em si mesma: ela precisa reduzir a burocracia, economizar o tempo das pessoas, facilitar o acesso a direitos e tornar o Governo mais próximo de quem precisa", ressaltou.

SELO OURO - Além de conquistar a 4ª colocação no Brasil e a 2ª no Nordeste, Pernambuco recebeu, durante o primeiro dia do SECOP 2026, realizado na última quarta-feira (5), o Selo Ouro. A certificação é concedida aos estados que alcançam o mais alto nível de maturidade digital na avaliação realizada pela ABEP-TIC.

Alepe Cuida oferece consultas oftalmológicas gratuitas e triagem para catarata no Recife

DIVULGAÇÃO



Pernambucanos terão acesso a consultas oftalmológicas gratuitas e triagem para cirurgia de catarata nos dias 26 e 27 de agosto, no Recife. A ação faz parte do programa itinerante Alepe Cuida, desenvolvido pela Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) em parceria com a Fundação Altino Ventura (FAV).

Nesta edição, a programação será dedicada exclusivamente à saúde visual. Ao todo, serão disponibilizadas 400 vagas para triagem de catarata, destinadas a pessoas com 55 anos ou mais, além de 80 vagas para consultas oftalmológicas.

Os atendimentos serão realizados das 8h às 17h, nos dois dias, no hall de entrada do Edifício Miguel Arraes, sede da Alepe, localizado na Rua da União, no bairro da Boa Vista, região central do Recife.

Agendamento começa nesta quarta-feira.

Quem tiver interesse em participar precisa realizar agendamento prévio a partir do dia 12 de agosto, das 8h às 17h.

O agendamento poderá ser feito pelos telefones:
(81) 3183-224
(81) 3183-202
(81) 3183-2443

No dia do atendimento, será necessário apresentar RG, CPF e cartão do Sistema Único de Saúde (SUS).

Quais exames serão realizados?

Durante as consultas oftalmológicas, os pacientes passarão por procedimentos para avaliar a saúde dos olhos, incluindo teste de acuidade visual, medição da pressão intraocular e exame de refração.

A iniciativa permite identificar alterações na visão e possíveis problemas oftalmológicos que necessitem de acompanhamento ou tratamento especializado.

Já as pessoas que apresentarem diagnóstico de catarata serão encaminhadas para a triagem cirúrgica realizada pela Fundação Altino Ventura.

O que é catarata?

A catarata ocorre quando o cristalino, estrutura do olho responsável por permitir a passagem e a focalização da luz, fica opaco. Uma das consequências mais comuns é a visão embaçada.

A doença está relacionada principalmente ao processo de envelhecimento e tende a ser mais frequente com o avanço da idade.

Quando identificada e indicada a cirurgia, o paciente pode ser encaminhado para avaliação e tratamento pelo sistema de saúde.

Atendimento será gratuito

A Fundação Altino Ventura é uma instituição filantrópica especializada em saúde e reabilitação visual. Os serviços oferecidos pela entidade são direcionados principalmente à população de baixa renda e realizados gratuitamente por meio do SUS.

A ação do Alepe Cuida amplia, portanto, o acesso a consultas e exames oftalmológicos para pessoas que muitas vezes enfrentam dificuldades para conseguir atendimento especializado na rede pública

SERVIÇO

O quê: consultas oftalmológicas gratuitas e triagem para cirurgia de catarata
Quando: 26 e 27 de agosto
Horário: das 8h às 17h
Local: Edifício Miguel Arraes, sede da Alepe, Rua da União, Boa Vista, Recife.

Agendamento: a partir de 12 de agosto
Telefones: (81) 3183-2242, (81) 3183-2026 e (81) 3183-2443

Triagem de catarata: 400 vagas para pessoas com 55 anos ou mais
Consultas oftalmológicas: 80 vagas

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Pernambuco se torna o melhor estado do Nordeste e o terceiro do Brasil para empreender

DIVULGAÇÃO



Medidas de simplificação do ambiente de negócios adotadas pelo Governo de Pernambuco contribuem para reduzir entraves, estimular novos negócios e ampliar o número de atividades de baixo risco dispensadas de alvará no Estado

Pernambuco é o melhor estado do Nordeste para empreender e um dos três melhores do Brasil, após subir da 8ª para a 3ª posição no Ranking Nacional de Liberdade para Trabalhar, elaborado pelo Instituto Liberal de São Paulo (ILISP). O levantamento considera o número de atividades de baixo risco dispensadas de alvará, que passou de 846 para 952 em Pernambuco, medida que reduz burocracia, tempo e custos para a abertura de empresas e permite o início das operações sem autorização prévia. O avanço reforça a agenda de simplificação conduzida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDEC), que instituiu, em junho deste ano, o Comitê de Simplificação e Melhoria do Ambiente de Negócios.

"Estamos construindo um ambiente cada vez mais moderno, eficiente e favorável ao empreendedorismo. A simplificação dos processos reduz a burocracia, amplia a segurança jurídica e fortalece a capacidade de Pernambuco de atrair investimentos, gerar empregos e impulsionar o desenvolvimento econômico", explicou a secretária de Desenvolvimento Econômico, Danielle Jar Souto, afirmando que o reconhecimento confirma a efetividade das medidas adotadas pelo Governo do Estado para tornar Pernambuco mais competitivo.

Para o presidente do Instituto Liberal de São Paulo (ILISP), Marcelo Faria, o avanço reforça o compromisso de Pernambuco com a simplificação do ambiente de negócios e aponta oportunidades para ampliar a liberdade econômica nos municípios. "A ampliação da lista de atividades de baixo risco em Pernambuco permite que mais empreendedores trabalhem de forma rápida e simples. A norma estadual está posta; agora falta o avanço nos municípios. Hoje, 33 dos 185 municípios pernambucanos aprovaram uma legislação de liberdade econômica, e o passo seguinte é levar essa desburocratização para as outras 152 cidades."

COMITÊ - Instalado em junho, o Comitê de Simplificação e Melhoria do Ambiente de Negócios reúne órgãos públicos e entidades parceiras para revisar normas, integrar procedimentos e tornar mais ágeis e eficientes os processos de registro, licenciamento e abertura de empresas. Além da ampliação das atividades dispensadas de alvará, o Comitê atua na integração entre órgãos públicos, na digitalização de procedimentos, no aperfeiçoamento regulatório e na criação de indicadores para acompanhar a evolução do ambiente de negócios no Estado. As ações integram a estratégia do Governo de Pernambuco para modernizar a administração pública, reduzir entraves burocráticos, aumentar a competitividade, atrair investimentos e estimular a geração de emprego e renda.

Raquel reage a fake news com firmeza e leva caso à polícia: oposição perde espaço quando troca debate por mentira

DIVULGAÇÃO



A campanha eleitoral em Pernambuco começa a revelar também um problema antigo da política brasileira: quando faltam argumentos para enfrentar um adversário, setores da oposição recorrem à desinformação. A governadora Raquel Lyra (PSD) decidiu reagir de forma institucional depois que um vídeo manipulado passou a circular nas redes sociais usando sua imagem e uma gravação falsa para induzir eleitores a acreditar que ela estaria pedindo dinheiro por Pix

Raquel registrou um Boletim de Ocorrência após começar a receber transferências de pequenos valores de pessoas desconhecidas. Segundo o relato da governadora, os depósitos começaram no dia 6 de agosto e se repetiram nos dias seguintes. Os comprovantes foram anexados à ocorrência.

O caso é particularmente grave porque não se trata apenas de uma crítica política ou de uma peça eleitoral mais agressiva. O conteúdo utiliza imagem real da governadora, mas com o áudio substituído por uma gravação manipulada, criando uma situação que nunca aconteceu. No vídeo, uma voz atribuída a Raquel aparenta pedir dinheiro aos eleitores.

A própria governadora classificou a iniciativa como uma ação coordenada de adversários e afirmou que pretende fazer uma campanha baseada na transparência.

"É óbvio que não estou pedindo dinheiro para ninguém", afirmou Raquel.

Em outro trecho da manifestação, a governadora disse que sempre ganhou o próprio dinheiro de maneira honesta e que pretende manter a mesma postura na campanha eleitoral.

"Farei a minha campanha com a transparência que sempre fiz, olhando olho no olho do cidadão e falando sobre nossos propósitos para Pernambuco", declarou.

OPOSIÇÃO PRECISA DISPUTAR ELEIÇÃO NO VOTO, NÃO NA MENTIRA

A reação de Raquel merece ser vista para além da disputa eleitoral. A oposição tem todo o direito de fiscalizar, criticar e tentar derrotar a governadora nas urnas. Deve apontar problemas na administração, questionar decisões, comparar indicadores, apresentar propostas e convencer o eleitor de que possui um projeto melhor para Pernambuco.

O que não pode ser tratado como normal é a utilização de conteúdo manipulado para atribuir à adversária uma fala que ela não fez.

A política democrática pressupõe confronto de ideias. Quando a estratégia eleitoral passa a depender da fabricação de fatos, quem perde não é apenas o candidato atingido. Perde o próprio eleitor, que passa a receber uma realidade artificial construída para influenciar sua decisão.

A situação também mostra que a pré-campanha de 2026 tende a ser marcada por uma disputa cada vez mais intensa nas redes sociais. A velocidade com que vídeos circulam torna ainda mais difícil para o cidadão comum identificar o que é uma declaração verdadeira, uma edição fora de contexto ou uma peça completamente fabricada.

RAQUEL ESCOLHE O CAMINHO INSTITUCIONAL

Em vez de transformar o episódio apenas em discurso político, Raquel levou o caso às autoridades. O registro policial permite que sejam investigadas a origem dos depósitos, a produção do material, sua disseminação e eventual tentativa de fraude utilizando os dados e a imagem da governadora.

A governadora afirmou que seus dados pessoais foram utilizados no esquema e classificou o episódio como uma tentativa de espalhar informação falsa e enganar pessoas.

Até o momento, porém, não há confirmação oficial sobre quem produziu ou disseminou o vídeo. A acusação de que a ação teria sido coordenada por adversários políticos é uma avaliação apresentada pela própria governadora e não deve ser confundida com uma conclusão das autoridades.

Esse ponto é importante: a investigação deverá apontar quem está por trás da produção do conteúdo e se houve participação organizada de grupos políticos.

Fake news também é sinal de desespero eleitoral

O episódio expõe uma fragilidade de setores da oposição: a tentação de transformar a eleição em uma guerra de ataques pessoais quando o debate sobre projetos e resultados deveria ocupar o centro da disputa.

Raquel, naturalmente, deve ser cobrada. Como governadora e candidata à reeleição, está sujeita à fiscalização da imprensa, dos órgãos de controle, dos adversários e da população. Obras, saúde, segurança, educação, infraestrutura, contas públicas e resultados administrativos devem estar no centro da campanha.

MAS COBRANÇA NÃO É SINÔNIMO DE FABRICAÇÃO.

Uma oposição forte não precisa inventar uma fala para atacar Raquel. Precisa mostrar ao eleitor onde o governo errou, quanto foi gasto, quais promessas não foram cumpridas e qual alternativa pretende apresentar.

É justamente nesse terreno que uma eleição democrática se torna mais interessante.

A DISPUTA DE 2026 COMEÇA A EXIGIR RESPONSABILIDADE

O episódio do vídeo falso também serve como alerta para a campanha que se aproxima. Com a inteligência artificial e ferramentas cada vez mais acessíveis de edição de áudio e vídeo, a capacidade de fabricar conteúdos convincentes aumentou significativamente.

O eleitor pernambucano deverá conviver com uma quantidade ainda maior de vídeos, áudios, montagens e mensagens políticas durante a campanha.

A RESPOSTA PRECISA SER INFORMAÇÃO.

Raquel tem o direito de se defender e procurar as autoridades quando sua imagem é utilizada de forma fraudulenta. A oposição, por sua vez, tem o direito de atacá-la politicamente. Mas a disputa precisa ocorrer dentro de limites minimamente civilizados.

No fim, o eleitor precisa ter condições de escolher entre projetos e resultados, e não entre versões fabricadas da realidade.

A governadora decidiu reagir pela via institucional. Agora cabe às autoridades descobrir quem produziu e espalhou o conteúdo e se houve uma ação organizada para utilizar a imagem de Raquel em uma tentativa de enganar eleitores.

A eleição de 2026 será decidida pelo voto. E, por mais dura que seja a disputa, o caminho mais legítimo para derrotar um adversário continua sendo convencê-lo de que existe uma alternativa melhor, não inventar aquilo que ele nunca disse.

Fundarpe amplia programação da 19ª Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco

A Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) promove uma programação especial dentro da 19ª Semana Estadual do Patrimônio Cultural de Pernambuco, reunindo atividades voltadas à preservação da memória, da história e dos bens culturais do Estado.

A programação inclui oficinas, atividades formativas, debates e mostra de cinema, com ações distribuídas por equipamentos culturais e outros espaços. A iniciativa é realizada pela Secretaria de Cultura de Pernambuco (Secult-PE) e pela Fundarpe e tem como objetivo aproximar a população das discussões sobre preservação do patrimônio material e imaterial.

A Semana Estadual do Patrimônio Cultural é realizada na semana em que ocorre o 17 de agosto, data dedicada ao patrimônio histórico. A legislação estadual prevê a realização de seminários, congressos, palestras, aulas-espetáculo, debates, campanhas informativas e publicações relacionadas à preservação do patrimônio cultural pernambucano.

PROGRAMAÇÃO REÚNE OFICINAS E CINEMA

Entre as ações divulgadas pela Fundarpe estão atividades de formação e uma programação cinematográfica, ampliando a utilização dos equipamentos culturais do Estado como espaços de reflexão sobre memória e patrimônio.

A proposta é levar o tema para além dos debates técnicos, utilizando diferentes linguagens

DIVULGAÇÃO



para discutir a preservação dos bens históricos e das manifestações culturais de Pernambuco.

A programação também contempla ações relacionadas à memória ferroviária, exposições e atividades educativas, seguindo a tradição da Semana do Patrimônio de ocupar diferentes espaços culturais do Estado.

Entre os equipamentos que historicamente recebem atividades da programação estão o Cinema São Luiz, a Estação Central Capiba/Museu do Trem, o Museu do Estado de Pernambuco, o Museu da Cidade do Recife, o Teatro Arraial Ariano Suassuna e outros equipamentos culturais. A programação oficial de anos anteriores mostra a utilização desses espaços para oficinas, exposições, seminários, sessões de cinema e visitas mediadas.

CINEMA SÃO LUIZ TERÁ PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

O Cinema São Luiz, no Centro do Recife, tem papel importante na programação cultural do Estado e já foi utilizado pela Semana do Patrimônio para atividades relacionadas à preservação e à memória.

Em 2025, por exemplo, o equipamento recebeu a abertura oficial da 18ª Semana Estadual do Patrimônio, quando foram diplomados os novos Patrimônios Vivos de Pernambuco e anunciados os vencedores do Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho.

Neste ano, a programação volta a integrar diferentes equipamentos culturais e atividades ligadas à preservação do patrimônio pernambucano.

PREMIAÇÃO SERÁ REALIZADA EM 22 DE AGOSTO

Um dos momentos previstos para a edição de 2026 será a solenidade de certificação dos vencedores do Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho, marcada para 22 de agosto.

A informação consta em edital oficial da Fundarpe, que estabelece que a entrega dos certificados aos responsáveis pelas ações premiadas ocorrerá durante a solenidade da 19ª Semana Estadual do Patrimônio Cultural de Pernambuco.

O prêmio é uma das iniciativas de reconhecimento de projetos relacionados à preservação e valorização do patrimônio cultural pernambucano.

PROGRAMAÇÃO DESCENTRALIZADA

A Semana do Patrimônio não se limita ao Recife. Ao longo das diferentes edições, municípios de várias regiões do Estado recebem atividades, incluindo palestras, oficinas, exposições, visitas guiadas, rodas de diálogo e ações de educação patrimonial.

A descentralização é considerada importante porque permite discutir o patrimônio a partir das características de cada território. Pernambuco possui conjuntos históricos, igrejas, engenhos, sítios arqueológicos, manifestações populares, patrimônio ferroviário, saberes tradicionais e outras referências culturais espalhadas pelo Estado.

A própria Fundarpe mantém entre suas atribuições ações de proteção, fiscalização e valorização de bens materiais e imateriais. O Estado possui centenas de bens protegidos e uma política específica para o reconhecimento dos chamados Patrimônios Vivos de Pernambuco.

PATRIMÔNIO VAI ALÉM DOS PRÉDIOS HISTÓRICOS

A programação também reforça uma concepção mais ampla de patrimônio cultural. A preservação não envolve apenas igrejas, casarões, monumentos e conjuntos arquitetônicos.

Também fazem parte desse universo manifestações culturais, festas populares, música, dança, culinária, saberes tradicionais, modos de fazer e personagens responsáveis pela transmissão dessas práticas entre gerações.

Em Pernambuco, essa dimensão é especialmente relevante pela diversidade cultural do Estado, que reúne manifestações como frevo, maracatu, cavalo-marinho, ciranda, caboclinho e outras expressões reconhecidas como referências culturais.

A Semana do Patrimônio funciona, portanto, como espaço de formação, debate e conscientização, aproximando a população das políticas públicas de preservação e mostrando que a proteção da memória depende também da participação da sociedade.

SERVIÇO

19ª Semana Estadual do Patrimônio Cultural de Pernambuco
Realização: Secretaria de Cultura de Pernambuco e Fundarpe
Período: programação concentrada na semana do dia 17 de agosto
Atividades: oficinas, formação, debates, exposições e cinema, 22 de agosto: solenidade de certificação dos vencedores do Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho



ARTIGO
POR DYOGO BASTOS
JORNALISTA

Pesquisas redesenham a disputa pelo Governo de Pernambuco



A sucessão estadual em Pernambuco entrou em uma nova fase. As pesquisas mais recentes mostram uma eleição muito diferente daquela desenhada no início da corrida eleitoral, quando João Campos aparecia com vantagem mais confortável e era tratado por parte do meio político como favorito. Agora, os levantamentos colocam Raquel Lyra numericamente à frente ou em situação de empate técnico, indicando que a disputa deixou de ser uma caminhada com favorito definido e passou a ser uma eleição aberta.

O movimento mais significativo está na trajetória dos números. A governadora conseguiu reduzir a distância que existia em relação ao ex-prefeito do Recife e, em alguns levantamentos, passou a liderar. Mais importante do que uma pesquisa isolada é a repetição dessa tendência em diferentes institutos. Datafolha, Quaest, Ipespe e RealTime Big Data apresentam cenários distintos, mas convergem em um ponto: João Campos já não dispõe da vantagem que apresentava anteriormente e Raquel Lyra se consolidou como uma adversária competitiva.

A mudança também revela que a eleição não será decidida apenas pelo tamanho dos grupos políticos ou pela capacidade de mobilização das máquinas partidárias. A avaliação do governo estadual passou a ocupar papel central. Raquel conseguiu melhorar seus indicadores de aprovação e transformar parte desse desempenho administrativo em capital eleitoral. É uma mudança importante porque, até pouco tempo, a principal narrativa da eleição estava concentrada na força política de João Campos. Agora, a governadora conseguiu colocar seu próprio governo no centro do debate.

O mapa eleitoral de Pernambuco ajuda a explicar por que a disputa permanece tão equilibrada. João Campos mantém uma posição forte no Recife e na Região Metropolitana, justamente onde construiu sua trajetória política e onde seu grupo possui uma estrutura consolidada. Raquel, por outro lado, apresenta desempenho mais forte no interior, onde a presença do governo estadual e a articulação com prefeitos e lideranças municipais podem fazer diferença. A eleição apresenta, portanto, uma divisão territorial clara: João precisa ampliar sua vantagem na Região Metropolitana, enquanto Raquel precisa preservar a força conquistada no interior e avançar onde ainda encontra maior resistência.

E há um ponto que merece ser destacado: esta tende a ser uma eleição estadualizada. Há uma tentativa recorrente de interpretar toda disputa eleitoral a partir da polarização nacional entre lulistas e bolsonaristas, mas essa fórmula pode não explicar o que está acontecendo em Pernambuco. O eleitor pernambucano também está olhando para questões concretas do Estado, para a avaliação do governo, para os serviços públicos, para as obras, para a segurança, para a saúde, para a infraestrutura e para a capacidade de cada grupo político de apresentar respostas para os problemas locais.

Isso não significa que a política nacional seja irrelevante. Significa que ela não deve ser tratada como a variável capaz de explicar sozinha o comportamento do eleitor. Pernambuco tem uma tradição política própria, lideranças locais com identidade consolidada e uma relação muito particular entre governo estadual, prefeituras e eleitorado. O voto para governador passa, cada vez mais, pela percepção que o eleitor tem sobre quem pode administrar melhor o Estado.

Essa estadualização também beneficia quem conseguir transformar a campanha em uma comparação direta entre projetos e resultados. Para Raquel, significa apresentar a eleição como um julgamento sobre os quatro anos de sua administração e mostrar por que merece permanecer no Palácio do Campo das Princesas. Para João, significa convencer o eleitor de que sua experiência à frente do Recife pode ser ampliada para todo o Estado e que sua gestão representa uma alternativa capaz de mudar o atual cenário.

A disputa, portanto, tende a ser menos sobre grandes rótulos ideológicos nacionais e mais sobre quem conseguirá construir uma narrativa local convincente. O eleitor vai comparar governos, avaliar promessas, observar alianças, acompanhar o desempenho dos candidatos nos debates e, principalmente, decidir quem considera mais preparado para governar Pernambuco.

Outro ponto importante é o percentual de eleitores que ainda admite mudar de voto. Isso significa que os números atuais são uma fotografia, não uma sentença. A campanha ainda terá capacidade de alterar percepções, especialmente quando propaganda eleitoral, debates, entrevistas, agendas nos municípios e confronto direto entre os candidatos ganharem intensidade.

Por isso, a principal conclusão das pesquisas não é que Raquel Lyra já virou definitivamente a eleição, nem que João Campos perdeu a condição de favorito. A conclusão mais precisa é que a eleição mudou de patamar. Raquel conseguiu alcançar uma posição que, meses atrás, parecia distante, enquanto João passou a enfrentar uma disputa muito mais apertada do que a inicialmente projetada.

O desafio de Raquel agora é transformar crescimento em consolidação. O de João é interromper a tendência desfavorável e recuperar terreno. Entre os dois existe um eleitorado que ainda não decidiu definitivamente seu voto e que poderá ser determinante.

Pernambuco chega, portanto, a uma eleição que pode ser definida muito mais pelo que acontece dentro do Estado do que pelo que acontece em Brasília. As pesquisas redesenharam o cenário, mas ainda não escreveram o resultado. A disputa está aberta, e a próxima etapa será menos sobre quem aparece na frente por alguns pontos e mais sobre quem conseguirá convencer o eleitor pernambucano de que tem o melhor projeto para governar Pernambuco.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

OS EVANGÉLICOS E A SUCESSÃO EM PERNAMBUCO E NO BRASIL

A força dos evangélicos na política brasileira é uma realidade consolidada. O crescimento desse segmento da população modificou o mapa eleitoral do país e colocou as comunidades evangélicas no centro das estratégias dos principais grupos políticos.

Em Pernambuco, esse fenômeno ganha uma dimensão especial. São cerca de 2 milhões de evangélicos, um contingente expressivo distribuído pela Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata, Agreste e Sertão.

Em uma eleição apertada, poucos pontos percentuais podem fazer toda a diferença. E é justamente por isso que o eleitor evangélico passou a ocupar espaço importante nas estratégias de quem pretende disputar o Governo de Pernambuco.

A sucessão estadual terá, inevitavelmente, essa discussão.

Os diferentes grupos políticos que se preparam para a disputa sabem que será necessário ampliar suas respectivas bases eleitorais. Nenhum projeto majoritário pode se dar ao luxo de tratar o eleitorado evangélico como um segmento secundário.

A movimentação em direção às comunidades religiosas já faz parte do calendário político. Eventos, encontros, agendas sociais e conversas com lideranças passaram a integrar a rotina de quem pretende construir uma candidatura competitiva.

Mas existe uma questão importante: o eleitor evangélico não é um bloco único.

Essa talvez seja uma das maiores mudanças da política brasileira.

Há uma tendência de identificar o eleitor evangélico exclusivamente com a direita e, principalmente, com o bolsonarismo. A história recente explica essa associação. O campo conservador construiu uma relação política muito próxima com importantes setores evangélicos e encontrou nesse segmento uma de suas principais bases eleitorais.

Mas uma religião não determina automaticamente o voto de seus seguidores.

O eleitor evangélico também é influenciado por sua condição econômica, pelo lugar onde mora, pela avaliação dos governos, pelas políticas públicas que recebe e pelas expectativas que possui para sua família.

Um trabalhador evangélico que enfrenta dificuldades para conseguir emprego pode avaliar a economia de maneira diferente de um empresário evangélico. Um jovem pode ter prioridades diferentes das de uma família mais tradicional. Um morador da periferia pode colocar a segurança pública no topo da lista, enquanto um agricultor do interior pode estar mais preocupado com crédito, estradas, água e produção.

A identidade religiosa é importante, mas não é a única identidade que esse eleitor carrega.

É justamente essa diversidade que torna o voto evangélico tão disputado.

Em Pernambuco, a questão poderá ser ainda mais relevante porque a eleição para o Governo do Estado tende a ser decidida pela capacidade de formar coalizões amplas. Não basta consolidar o eleitorado tradicional. Será necessário avançar sobre segmentos que ainda não possuem uma preferência definitiva.

E os evangélicos estarão nesse território.

A disputa presidencial reproduzirá parte dessa lógica.

O campo progressista terá o desafio de ampliar sua relação com um segmento no qual historicamente encontra mais resistência. O campo conservador, por sua vez, tentará preservar uma conexão construída ao longo dos últimos anos.

A sucessão presidencial também acrescenta uma variável importante: até que ponto a identificação política construída nos últimos anos será transferida para novas lideranças?



O campo conservador possui uma marca forte entre os evangélicos, mas nenhuma transferência eleitoral é automática. É preciso reconstruir confiança, manter proximidade e apresentar um projeto capaz de dialogar com as novas demandas desse eleitorado.

Do outro lado, as forças progressistas terão que demonstrar que suas propostas também conversam com os valores, as necessidades e as preocupações dos evangélicos.

Não será suficiente falar apenas com aqueles que já apoiam determinado projeto.

Será necessário chegar a quem ainda possui resistência.

Esse movimento explica a crescente presença de políticos de diferentes correntes em eventos religiosos. Também explica o esforço de governos e parlamentares para estabelecer canais permanentes de diálogo com lideranças de diferentes denominações.

A política brasileira está percebendo que religião e cidadania fazem parte da vida cotidiana.

As igrejas estão presentes nos bairros, nas comunidades, nas cidades pequenas e nas periferias das grandes cidades. Desenvolvem atividades sociais, acolhem famílias, promovem ações comunitárias e possuem uma presença territorial que poucos partidos conseguem reproduzir.

Essa capilaridade também possui importância política.

Não necessariamente porque uma liderança determine o voto de seus fiéis, mas porque as igrejas fazem parte da vida de milhões de brasileiros.

Em Pernambuco, essa presença é particularmente significativa.

Do Recife ao Sertão, o crescimento das comunidades evangélicas acompanha as transformações sociais do Estado. E o eleitor que participa dessas comunidades também participa da vida política, acompanha governos, avalia candidatos e decide seu voto.

Por isso, a relação entre os evangélicos e a sucessão estadual não deve ser observada apenas pela quantidade de votos que esse segmento representa.

É preciso observar também sua capacidade de organização, mobilização e formação de opinião.

Em uma eleição majoritária, esses fatores podem ser decisivos.

Uma candidatura que consiga estabelecer uma relação de confiança com esse eleitorado não necessariamente ganhará todos os votos evangélicos. Mas poderá reduzir rejeições, ampliar sua presença em determinadas regiões e conquistar votos que antes estavam fora de seu alcance.

É assim que uma eleição é vencida.

Não apenas conquistando os eleitores que já estão convencidos, mas ampliando permanentemente a base.

O cenário de 2026 torna essa disputa ainda mais interessante porque Pernambuco poderá funcionar como um retrato da transformação do eleitorado brasileiro.

De um lado, um campo político que possui uma relação histórica recente com os evangélicos e pretende preservar essa vantagem.

De outro, forças que perceberam que não podem abrir mão de uma parcela tão significativa da população.

E entre os dois campos está um eleitorado cada vez maior, mais diverso e com demandas próprias.

A pergunta, portanto, não é se os evangélicos terão influência na sucessão.

Isso já está respondido.

Terão.

A verdadeira disputa será para saber quem conseguirá compreender melhor esse eleitorado e apresentar uma proposta capaz de dialogar com suas prioridades.

Em Pernambuco, isso pode fazer diferença entre vencer e perder uma eleição.

No Brasil, pode representar a diferença entre chegar ao segundo turno em vantagem ou ter que correr atrás de votos nas últimas semanas de campanha.

O eleitor evangélico entrou definitivamente no centro do tabuleiro político brasileiro.

E, em 2026, Pernambuco estará entre os Estados onde esse movimento poderá ser observado com mais atenção.

A fé continuará sendo uma dimensão importante da vida de milhões de pernambucanos e brasileiros. A política também.

E os grupos que compreenderem que essas duas dimensões fazem parte da realidade de uma parcela cada vez maior da sociedade estarão um passo à frente na disputa pelo futuro de Pernambuco e do Brasil.

Recife registra menor alta da cesta básica entre capitais nos últimos 12 meses

O preço da cesta básica no Recife apresentou alta de 0,74% nos últimos 12 meses, o menor avanço entre as 22 capitais brasileiras que registraram aumento no período. O resultado mostra uma desaceleração importante no ritmo de alta dos alimentos na capital pernambucana, embora o custo da alimentação continue representando uma parcela significativa do orçamento das famílias.

O levantamento também mostra que o comportamento dos preços não foi uniforme entre as capitais. Enquanto Recife teve uma elevação de apenas 0,74% no acumulado de 12 meses, cinco capitais registraram redução no valor da cesta básica no mesmo período.

O cenário ocorre em um momento de menor pressão sobre os preços de diversos produtos que compõem a cesta de alimentos. Em julho, houve uma queda generalizada dos preços em boa parte das capitais brasileiras, segundo o levantamento citado pelo Diario de Pernambuco.

ALÍVIO NO RITMO DE ALTA

A variação de 0,74% significa que, na comparação com o mesmo período do ano anterior, o conjunto de produtos que compõem a cesta básica ficou praticamente estável no Recife.

Embora o resultado não represente necessariamente uma queda generalizada dos preços dos alimentos, ele indica que o consumidor recifense enfrentou uma pressão menor do que a observada em outras capitais ao longo dos últimos 12 meses.

Na prática, uma alta acumulada abaixo de 1% representa um cenário bastante diferente de períodos em que itens básicos registram aumentos de dois dígitos e pressionam diretamente o orçamento doméstico.

ALIMENTOS CONTINUAM PESANDO NO ORÇAMENTO

Mesmo com a desaceleração, a alimentação permanece entre os principais componentes das despesas das famílias. Produtos como carne, café, arroz, feijão, leite, farinha, tomate, pão e óleo fazem parte da rotina de consumo e qualquer alteração relevante em seus preços tem impacto imediato no orçamento.

O comportamento da cesta básica também depende de fatores que vão além do comércio varejista. Condições climáticas, produção agrícola, custos de transporte, oferta e demanda, preços internacionais de commodities e variações cambiais podem influenciar o valor final pago pelo consumidor.

Em Pernambuco, por exemplo, as chuvas registradas ao longo do ano já provocaram alterações importantes na oferta de produtos agrícolas. Levantamento anterior do Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (Ceasa-PE) mostrou fortes oscilações nos preços de itens como tomate, cebolinha e batata, justamente em função das condições nas regiões produtoras.

DIVULGAÇÃO



RESULTADO COLOCA RECIFE ENTRE OS MELHORES DESEMPENHOS

O avanço de apenas 0,74% em 12 meses coloca Recife em uma posição de destaque no levantamento nacional. Entre as capitais que tiveram aumento, nenhuma apresentou uma variação acumulada menor no período, segundo os dados divulgados.

O resultado é relevante principalmente porque permite avaliar a evolução dos preços em um intervalo mais longo, evitando que oscilações pontuais de um único mês distorçam a percepção sobre o comportamento da alimentação.

A queda registrada em julho também contribuiu para melhorar o cenário. O movimento indica uma redução das pressões que vinham afetando alguns alimentos e ajuda a explicar a pequena variação acumulada no período de 12 meses.

O QUE O CONSUMIDOR DEVE OBSERVAR

Apesar do resultado positivo para Recife, o consumidor não deve interpretar os dados como uma redução generalizada do custo de vida.

A cesta básica representa um conjunto específico de produtos. Outros gastos importantes das famílias, como aluguel, energia elétrica, transporte, medicamentos e serviços, possuem comportamentos próprios e podem continuar pressionando o orçamento.

Além disso, mesmo quando a inflação dos alimentos desacelera, os preços não necessariamente retornam ao nível registrado antes das altas anteriores. Uma alta menor significa que os preços estão crescendo mais lentamente, e não que tenham voltado aos valores de um ano atrás.

CENÁRIO FAVORECE O ORÇAMENTO DAS FAMÍLIAS

O resultado de Recife é considerado positivo justamente porque os alimentos têm peso elevado nas despesas das famílias de menor renda. Quando a cesta básica sobe menos, uma parcela maior do orçamento pode ser destinada a outras necessidades.

O desempenho também ajuda a reduzir a pressão sobre trabalhadores que recebem salários próximos ao mínimo, para quem os gastos com alimentação representam uma fatia ainda mais relevante da renda mensal.

O dado de 0,74% em 12 meses, portanto, mostra um cenário de relativa estabilidade para o consumidor recifense. A manutenção desse quadro, entretanto, dependerá da evolução da produção agrícola, das condições climáticas e dos custos de distribuição nos próximos meses.